

TRABALHO CIDADANIA
ELEIÇÕES CULTURA
TRANSFORMA

Lúcio Kowarick e Eduardo Marques (orgs.)

SÃO PAULO: NOVOS PERCURSOS E ATORES

Sociedade, cultura e política

editora  34



centro de estudos da metrópole

VIVIMOS EM UM
SOCIEDADES
CINEMA FERIA
ESTRANGEIR
CRESCIMENTO

EDITORA 34

Editora 34 Ltda.

Rua Hungria, 592 Jardim Europa CEP 01455-000

São Paulo - SP Brasil Tel/Fax (11) 3816-6777 www.editora34.com.br

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE

CEM/Cebrap

Rua Morgado de Mateus, 615 Vila Mariana CEP 04015-902

São Paulo - SP Brasil Tel. (11) 5574-0399 contato@centrodametropole.org.br

Copyright © Editora 34 Ltda., 2011

São Paulo: novos percursos e atores © Lúcio Kowarick e Eduardo Marques, 2011

A FOTOCÓPIA DE QUALQUER FOLHA DESTE LIVRO É ILEGAL E CONFIGURA UMA
APROPRIAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS INTELECTUAIS E PATRIMONIAIS DO AUTOR.

Capa, projeto gráfico e editoração eletrônica:

Bracher & Malta Produção Gráfica

Revisão:

Isabel Junqueira

Sérgio Molina

1ª Edição - 2011

CIP - Brasil. Catalogação-na-Fonte

(Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ, Brasil)

Kowarick, Lúcio

K88s São Paulo: novos percursos e atores
(sociedade, cultura e política) / organização de Lúcio
Kowarick e Eduardo Marques. — São Paulo: Ed. 34;
Centro de Estudos da Metrópole, 2011.
400 p.

ISBN 978-85-7326-484-5

1. Sociologia urbana. 2. Cidade de São Paulo -
História e crítica. 3. Região Metropolitana de
São Paulo - História e crítica. 4. Cultura e política.
I. Marques, Eduardo. II. Título.

CDD - 307.76

Favelas e periferias nos anos 2000¹

Camila Saraiva e Eduardo Marques

As favelas constituem solução habitacional antiga nas cidades brasileiras, cujo início da ocupação remonta, em algumas cidades, ao final do século XIX (Abreu, 1994). Na cidade de São Paulo, embora exista o registro de quatro favelas cuja ocupação se iniciou antes de 1940 (HABI, 1987), as favelas não se faziam muito presentes até o início da década de 1970, alojando apenas cerca de 1% da população do Município de São Paulo no ano de 1973 (Taschner, 2000).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, entretanto, a população residente nesse tipo de assentamento apresentou significativo aumento em São Paulo. Atualmente, as favelas são um retrato da alta prevalência de situações de pobreza e de uma política habitacional pouco efetiva por parte do Estado. Em sua maioria estão localizadas em áreas *non aedificandi*, protegidas ambientalmente ou que oferecem risco, como as encostas dos morros e os leitos dos cursos-d'água. Por se tratarem de áreas caracterizadas pela ilegalidade da terra e por uma ocupação desordenada, as favelas são normalmente locais com deficiência de serviços de infraestrutura urbana e com oferta insuficiente de equipamentos públicos. O crescimento da população sujeita a tais condições de moradia introduziu as favelas de forma definitiva nos estudos sobre a dinâmica social na cidade.

O conhecimento do tamanho e das características dessa população é imprescindível para que ações públicas de melhoramento dessas áreas obtenham êxito. Em trabalhos anteriores, tentamos contribuir através da mensuração e análise do crescimento da população moradora de tais assentamentos (Marques, Torres e Saraiva, 2003). Esse artigo dá continuidade a essa tarefa, acrescentando a caracterização social detalhada da população mora-

¹ Este texto é uma versão revisada, atualizada e reescrita do artigo “A dinâmica social das favelas da Região Metropolitana de São Paulo”, publicado em Eduardo Marques e Haroldo Torres (orgs.), *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*, São Paulo, Senac São Paulo, 2005.

dora de favelas no Município de São Paulo em período recente, assim como sua dinâmica ao longo da última década. Os resultados indicaram relativa estabilidade social nessas áreas em termos médios, ou de lenta melhora relativa, assim como uma maior heterogeneidade nesse tipo de assentamento do que considerado em outros estudos, os quais sustentam uma degradação da situação social na cidade, e em particular nos locais habitados pela população de renda e escolaridade baixas.

Iniciamos o artigo por apresentar a dinâmica da população favelada na última década. A segunda seção discute os conteúdos sociais das favelas em 1991 e 2000, a sua dinâmica com relação às transformações sociais vivenciadas pelo restante do Município de São Paulo e as principais diferenças entre as favelas localizadas no interior deste município e aquelas localizadas nos demais municípios da região metropolitana. Em um terceiro momento, apresentamos as características do entorno das favelas, assim como a sua relação com as próprias favelas e os distritos em que estão localizadas. Por fim, produzimos uma tipologia das favelas localizadas na Região Metropolitana de São Paulo, considerando as características sociais de suas populações e buscando dialogar com a dinâmica da segregação e com a distribuição da estrutura social no espaço metropolitano paulista.

A DINÂMICA DA POPULAÇÃO FAVELADA

Antes de iniciarmos a caracterização social das favelas paulistanas, é necessário que tenhamos em mente sua dimensão. Até a década de 1980, a dimensão da questão era pouco relevante. O levantamento da Prefeitura de São Paulo realizado em 1973 indicou cerca de 70 mil habitantes ou 1% da população do município. Já nova pesquisa realizada, também pela Prefeitura, em 1987, indicou que a população favelada havia alcançado algo como 812 mil habitantes ou 9% da população do município. Os dados do Censo Demográfico de 1991 confirmaram esse crescimento, indicando cerca de 650 mil habitantes em setores subnormais, contra cerca de 375 mil habitantes em 1980. A diferença entre as estimativas baseadas nos Censos e os números do poder público é em grande parte previsível e está relacionada com a diferença entre as definições sociológicas de favela e a metodologia do IBGE para os setores denominados subnormais. Para o IBGE, são Setores Especiais de Aglomerado Subnormal os conjuntos constituídos por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até período recente terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desor-

denada e densa, e carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais. Na prática, trata-se de uma definição administrativa do campo do Censo. Para o Município de São Paulo, utilizamos a definição de trabalho da prefeitura local, mas para os demais municípios tivemos que utilizar os subnormais, pela inexistência de bases cartográficas de favelas. Em Marques, Torres e Saraiva (2003) discutimos mais detidamente as diferenças das definições e suas consequências.

Em 1993, a Prefeitura de São Paulo contratou a FIPE-USP para atualizar a estimativa da população favelada. A pesquisa resultou em uma estimativa extremamente elevada — haveria 1,9 milhões de favelados, o que resultaria em um aumento de 133% em apenas seis anos ou 15,2% ao ano (*Diário Oficial do Município de São Paulo*, 31/3/1995). Para muitos, os resultados dessa pesquisa expressariam uma síntese das condições de vida dos grupos mais pobres na cidade, que no período teriam assistido a uma significativa piora de sua condição.

Os anos seguintes assistiram a intensa polêmica com relação ao suposto crescimento sugerido pela pesquisa, o que nos motivou a revisar as estimativas de população e domicílios para 1991 e calcular estimativas para os anos de 1996 e 2000 (Marques e Torres, 2002; Marques, Torres e Saraiva, 2003). Para tanto, digitalizamos a base de favelas da PMSP (com 2.018 favelas) e a superpusemos com a malha dos setores censitários dos Censos do IBGE. Em um sistema de informações geográficas, imputamos informações do Censo Demográfico aos polígonos das favelas por meio de técnicas específicas, estimando sua população. A combinação das técnicas de *overlay* entre os setores censitários e as favelas, e *tag* das densidades dos setores censitários subnormais mais próximos para as favelas, nos permitiu estimar indicadores sociais para a população favelada. Para o ano de 1991, foi obtida uma população de 900 mil habitantes em favelas, ou 9% da população total, enquanto para 2000, 1,2 milhões de habitantes estariam nas favelas, ou seja, 11% da população total do município.

Em 2007, a Prefeitura de São Paulo desenvolveu pesquisa amostral a partir de metodologia desenvolvida pela Fundação Seade para atualizar as estimativas anteriores. Essa metodologia baseou-se na contagem de edificações, obtida em uma amostra de favelas, que foi cotejada, em análises de regressão, com números obtidos da observação de ortofotos, resultando em estimativas de domicílios para o conjunto do município. Os domicílios foram então multiplicados por densidades domiciliares médias, obtidas em campo, resultando em estimativas da população em favelas. A pesquisa também estimou domicílios e população para loteamentos e para núcleos urbaniza-

dos. A pesquisa considerou uma base cartográfica atualizada com um total de 1.573 favelas e 222 núcleos urbanizados, e indicou uma população de 1.539.271 pessoas em favelas, ou 14% da população total do município. A diminuição do número de favelas em relação a 2000 ocorreu devido a: (i) aglutinações de ocupações que atualmente compõem uma única comunidade; (ii) eliminação de áreas já removidas; (iii) eliminação de sobreposição de demanda entre loteamentos irregulares e favelas; (iv) eliminação de erros no cadastramento, mediante vistoria em assentamentos que possuíam outro uso (PMSP, 2008).

Segundo essa pesquisa, a taxa de crescimento anual das favelas teria passado de 2,97 entre 1991 e 2000, para 4,12 entre 2000 e 2007. A taxa de crescimento, que já teria sido de quatro vezes a da cidade entre 1991 e 2000, teria passado a ser de seis vezes a da cidade entre 2000 e 2007, evidenciando uma situação bastante preocupante. Entretanto, como as metodologias das duas pesquisas são completamente distintas, a comparação torna-se muito discutível, sendo portanto prudente a espera de análises baseadas no Censo do IBGE de 2010 para uma nova comparação.

A Tabela 1, a seguir, sumariza as informações das várias fontes.

Tabela 1
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E EM FAVELAS
Município de São Paulo, 1973-2007

Ano	Total	Em favelas	(%)	Período	Taxa de crescimento anual	
					Total	Em favelas
1973	6.560.547 ⁽¹⁾	71.840 ⁽³⁾	1,1	-	-	-
1987	9.210.668 ⁽¹⁾	812.764 ⁽⁴⁾	8,8	1973-1987	2,45	18,92
1991	9.644.122 ⁽²⁾	891.673 ⁽⁵⁾	9,2	1987-1991	1,16	2,34
2000	10.338.196 ⁽²⁾	1.160.597 ⁽⁵⁾	11,2	1991-2000	0,78	2,97
2007	10.834.244 ⁽⁶⁾	1.539.271 ⁽⁶⁾	14,2	2000-2007	0,67	4,12

Fontes: (1) Fundação Seade; (2) IBGE, Censo Demográfico 1991, 2000; (3) PMSP/CO-BES, Equipe de Estudos e Pesquisas, Favelas no Município de São Paulo, 1973; (4) PMSP/SEHAB/HABI, Divisão Técnica de Planejamento, Coordenação de Informações Técnicas e Pesquisas, Censo das Favelas do Município de São Paulo, 1987; (5) Estimativa CEM; (6) Estimativa Fundação Seade.

Por qualquer estimativa, entretanto, a taxa de crescimento da população em favelas é maior que a taxa de crescimento do município em todos os

períodos. Entre 1973 e 1987, a população favelada cresceu à taxa de 18,92% ao ano, contra 2,45% no município, mas entre 1991 e 2000, as taxas foram respectivamente de 2,97% e 0,78%. As informações da Fundação Seade, por fim, indicam que o crescimento populacional nas favelas teria voltado a subir entre 2000 e 2007, para 4,12%, enquanto o do conjunto da cidade teria continuado a cair para 0,67% anuais. Não obstante a baixa comparabilidade das informações, podemos afirmar que, embora não tenha ocorrido a explosão populacional sugerida pela pesquisa de favelas de 1993, o Município de São Paulo apresentou considerável processo de favelização, com a população em favelas crescendo a taxas substancialmente mais altas do que as do conjunto da cidade, produto da manutenção de pobreza elevada e de políticas habitacionais insuficientes.

A POPULAÇÃO EM FAVELAS:

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO E REGIÃO METROPOLITANA

O objetivo dessa seção é apresentar as principais características sociais e econômicas da população habitante em favelas. Embora estudos anteriores tenham discutido o que poderíamos chamar de conjuntura social das favelas de São Paulo, estes se basearam nos Censos de Favelas da PMSP de 1973 e 1987, já bastante distantes no tempo, ou usaram as informações dos setores subnormais do IBGE (Taschner, 2003). Por outro lado, a pesquisa mais recente (PMSP, 2008) não permite desagregação nem comparações temporais. Por esta razão, nessa e na próxima seção utilizamos as informações dos Censos processadas pelo CEM, utilizando ferramentas de Sistemas de Informação Geográfica (SIG).

A dinâmica social nas favelas é importante não apenas para a discussão das políticas de habitação, mas para o debate sobre a dinâmica social na cidade como um todo. Isso porque, se as favelas representam uma das mais precárias soluções habitacionais, a dinâmica da sua população poderia nos indicar tendências e processos sociais em um sentido mais geral. A opinião prevalecente na literatura é de que teria ocorrido uma piora das condições nas favelas, senão em termos absolutos, ao menos em termos relativos. Os indicadores médios sugerem outra análise. Observemos os dados.

Como vimos, entre 1991 e 2000 o Município de São Paulo assistiu a uma elevação, tanto do número de domicílios em favelas, que passou de 194 mil para 291 mil, quanto da população habitante nesse tipo de assentamento, que passou de 892 mil para 1.161 mil habitantes. Optamos por realizar

a caracterização da dinâmica social apenas para o Município de São Paulo, já que para os demais só contamos com os dados dos setores subnormais, que não são inteiramente comparáveis entre os Censos de 1991 e 2000. Mais à frente trabalharemos com os setores subnormais para os demais municípios da região metropolitana e, na última seção, estudaremos os tipos de favelas na região. Em consequência, a densidade domiciliar média nas favelas caiu de 4,59 moradores por domicílio em 1991 para 3,97 moradores em 2000, seguindo a tendência de queda do conjunto do município, no qual as densidades foram de 3,80 e 3,46 habitantes por domicílio para as duas datas censitárias, respectivamente. Em termos territoriais, pudemos observar aumento de densidade, que passou de 360 para 380 habitantes por hectare.

Através da utilização de técnicas de geoprocessamento similares às já utilizadas nas estimativas populacionais, pudemos criar indicadores para a população favelada para os anos de 1991 e 2000. A Tabela 2, a seguir, apresenta essas informações.

Tabela 2
INDICADORES E QUOCIENTES LOCACIONAIS
Favelas e Município de São Paulo, 1991 e 2000

Indicadores	1991 (%)		2000 (%)		Quocientes Locacionais	
	Favelas	MSP	Favelas	MSP	1991	2000
Infraestrutura						
Domicílios com água	89,7	98,3	96,0	97,6	0,91	0,98
Domicílios com esgoto	25,1	81,2	49,2	87,2	0,31	0,56
Domicílios com coleta de lixo	63,3	95,2	82,0	96,5	0,66	0,85
Escolaridade						
Pessoas analfabetas	38,1	19,3	15,2	7,3	1,97	2,08
Chefes de 0 a 3 anos de estudo	55,1	22,5	38,4	17,8	2,45	2,16
Rendimento						
Chefes de 0 a 3 SM	77,9	42,7	73,2	40,1	1,82	1,83
Chefes de 3 a 5 SM	15,7	17,9	18,0	17,9	0,88	1,01
Chefes de 5 a 10 SM	5,6	20,2	7,6	20,9	0,28	0,36
Chefes de 10 a 20 SM	0,6	11,4	0,9	11,6	0,05	0,08
Estrutura etária						
Pessoas de 0 a 14 anos	41,2	28,6	35,5	24,8	1,44	1,43
Pessoas de 65 anos ou mais	1,2	5,2	1,7	6,4	0,23	0,27

Fonte: Censos Demográficos IBGE 1991 e 2000. Elaboração CEM.

Organizamos a informação de duas formas, com os indicadores médios para as favelas em cada momento e com o chamado quociente locacional. Esse índice permite a comparação de duas estruturas setoriais espaciais através do cálculo da razão entre indicadores gerados para cada uma dessas estruturas. No nosso caso, temos no numerador o indicador referente às favelas e no denominador o associado ao Município de São Paulo. Dessa forma, podemos analisar a situação das favelas dentro da dinâmica do município em 1991 e 2000, separando o efeito de melhora, para um dado indicador, da favela do efeito de melhora no município. Por exemplo: o quociente locacional da densidade domiciliar cai de 1,21 para 1,15, o que indica que embora a densidade domiciliar tenha caído no município, caiu nas favelas em um ritmo ainda mais acelerado. Discutiremos concomitantemente os dois conjuntos de informações.

Como podemos observar, embora o abastecimento de água nas favelas em 1991 fosse bem pior do que no conjunto do município, em 2000 as coberturas se aproximam, provavelmente resultado do impacto de programas orientados para favelas desenvolvidos pela prefeitura de São Paulo e pela empresa pública concessionária dos serviços — a Sabesp (Watson, 1992; Bueno, 1993). É claro que esta variável, assim como as seguintes que se referem a serviços urbanos, mede a cobertura do serviço e não a qualidade de seu funcionamento, e é possível que subsistam diferenças importantes no atendimento no que diz respeito à regularidade do abastecimento e à qualidade da água.

Os dados de esgotamento sanitário, por outro lado, mostram que ainda em 2000 este tipo de serviço é bastante precário nas favelas, alcançando apenas 49,18% dos domicílios nesses núcleos, contra 87,23% no conjunto do município. Embora tenha ocorrido uma relativa melhora nas favelas e o quociente tenha aumentado de 0,31 para 0,56, ainda persiste um diferencial muito grande no atendimento. No caso do serviço de coleta de lixo, o quociente locacional passou de 0,66 em 1991 para 0,85 em 2000, o que revela um esforço de volume da Prefeitura de São Paulo para integrar as favelas ao sistema, elevando a cobertura nas favelas a 82%. Mesmo assim a diferença entre as coberturas das favelas e do município ainda é muito grande.

O analfabetismo é um indicador emblemático dos diferenciais de acesso entre grupos sociais. Em 1991, as pessoas analfabetas chegavam a 38,1% da população nas favelas e a 19,3% no município. Esses indicadores dramáticos caem em 2000 para 15,2% e 7,3%, respectivamente, o que indica que a presença de analfabetos se reduz consideravelmente nas favelas e no município. Entretanto, seu ritmo de queda é menor nas favelas que no conjun-

to do município, razão pela qual o quociente locacional do analfabetismo aumenta entre 1991 e 2000. Esse é o único caso, dentre os analisados, em que a situação das favelas piora em termos relativos, ou melhora a um ritmo menor que no restante do município. Acreditamos que esse grave elemento é possivelmente explicado pela diferença entre as estruturas etárias. Como a estrutura etária das favelas é substantivamente mais jovem que no restante da cidade, e o analfabetismo é um fenômeno associado usualmente a grupos etários mais velhos, as favelas podem estar menos sujeitas à redução do analfabetismo pelo caminho demográfico (o óbito dos grupos mais velhos). Se essa hipótese está correta, duas graves consequências decorrem. Em primeiro lugar, somos levados a concluir que a maior parte da redução do problema do analfabetismo na cidade, em período recente, relaciona-se apenas com o óbito de grupos etários mais velhos, nos quais o problema está mais presente, confirmando o que sustentam autores como Haddad e Di Pierro (2000) com relação à queda do analfabetismo no Brasil em período recente. Em segundo lugar, o analfabetismo nas favelas pode estar associado a grupos etários mais jovens do que se considera usualmente, o que pode revelar importantes limites do acesso à escolarização nesses assentamentos.

Os quocientes locais relativos à escolaridade do chefe confirmam a dramaticidade do acesso à educação nesses espaços. Se é verdade que podemos observar uma redução da presença de chefes com até três anos de estudo, os quocientes indicam uma enorme diferença entre a presença de chefes com essa escolaridade em favelas e no restante da cidade. Na verdade, mesmo em 2000 a escolaridade apresenta os quocientes mais elevados, sugerindo a persistência de grandes diferenciais, embora tenha ocorrido uma pequena melhora relativa nas favelas.

Outra dimensão muito importante da dinâmica social na cidade é capturada pela informação de rendimento. Infelizmente, como trabalhamos com o questionário do universo do Censo, não temos informações relativas à renda familiar, mas apenas à renda do chefe de domicílio. Se o comportamento dessa variável para as favelas for comparado com o do restante do município em 1991, percebemos que a população com renda acima de dez salários mínimos é muitíssimo menos presente nas favelas, o que também ocorre com a presença de chefes com rendimento entre cinco a dez salários mínimos. De uma forma geral, essa tendência se repete em 2000, embora seja possível observar uma pequena melhora da situação relativa das favelas, mesmo nas faixas de renda mais baixa. Não é possível precisar se essa pequena mudança se deve à troca de população ou migração para as favelas, ou se a população antiga na favela aumentou de renda. A estrutura dos

quocientes, entretanto, mantêm-se muito similar, sugerindo muito mais estabilidade do que dinâmica, e permitindo afirmar que as favelas não experimentaram empobrecimento na década, mas uma pequena melhora.

Por fim, a análise dos quocientes locacionais dos indicadores de estrutura etária da população nos permite perceber que a relação entre as favelas e o resto da cidade pouco mudou. Em geral, a população mais jovem, com 14 anos ou menos, diminuiu relativamente, enquanto a população mais idosa aumentou levemente. Como já era de se esperar, o percentual de jovens continua sendo maior nas favelas do que no conjunto do município, sendo que o inverso ocorre com o percentual de idosos. A título de comparação, geramos as estimativas também para os loteamentos irregulares de baixa renda (zero a cinco salários mínimos), com base em cartografia eletrônica da PMSP e no Censo Demográfico 2000. A população dos loteamentos apresenta características sociais intermediárias entre as das favelas e as do município. Isso ocorre com os indicadores de infraestrutura (95,3% em abastecimento de água, 74,3% em esgotamento e 95% em coleta de lixo), como seria de se esperar. Entretanto, o mesmo se verifica com a escolaridade, bem mais precária que no conjunto do município (10,6% de pessoas são analfabetas e 27,2% dos chefes possuem de zero a três anos de estudo), mas muito melhor do que nas favelas, assim como com os rendimentos médios do chefe (57,6% dos chefes com renda entre zero e três salários mínimos). A estrutura etária nos loteamentos também se apresenta em posição intermediária, sendo sua população substancialmente mais nova que a do conjunto do município (30,4 % da população entre zero e catorze anos), mas não tanto quanto a população das favelas. Apenas para registro, estimamos a existência de cerca de 284 mil domicílios em loteamentos com renda do chefe igual ou menor a cinco salários mínimos, 124 mil domicílios em loteamentos com renda entre cinco e dez salários e 40 mil domicílios em loteamentos com renda superior a dez salários. Para maiores detalhes, consultar CEM (2003).

De modo geral, é possível afirmar, portanto, que a década foi de melhora relativa das favelas ou, em alguns casos, de estabilidade. Na maior parte dos indicadores houve uma aproximação entre o morador médio da favela e o morador médio do município, o que indica um lento movimento de convergência entre os conteúdos sociais desses dois espaços na década. Esses resultados são muito interessantes, não apenas para o debate sobre as favelas em São Paulo, mas para a discussão da dinâmica social na cidade. O início dos anos 1990 assistiu a uma intensa polêmica sobre a conjuntura social brasileira ao longo da década de 1980, que acabou por ser denominada de “debate da década perdida” (Faria, 1992; Tavares e Ribeiro, 1994). No que

diz respeito às cidades, inúmeros trabalhos destacaram a melhora dos indicadores médios, em um aparente paradoxo com a dinâmica econômica, a qual havia sido bastante desfavorável. Nos anos 1990, outros estudos deram continuidade a essa linha de investigação e concluíram que a dinâmica de melhora tinha continuado, mesmo que acompanhada do declínio da ação dos movimentos sociais, tidos por autores como Faria (1992) como um dos principais elementos explicativos do aparente paradoxo da década anterior. A dinâmica dos anos 1990 parece ser mais contraditória, visto que a década foi ainda mais desfavorável que a anterior sob o ponto de vista econômico, seja para o Estado, cuja crise fiscal se acentuou, seja para as famílias, fragilizadas pela precarização do trabalho, pela queda dos rendimentos e pelo aumento do desemprego. Como veremos na última seção, entretanto, essa melhora em termos médios deve ser matizada e pode conviver com a manutenção de situações muito precárias em determinados locais específicos. Embora esteja longe do escopo desse trabalho estudar tal fenômeno, reafirmamos a hipótese de Marques (2000 e 2003) e Marques e Bichir (2002) de que o principal elemento explicativo para esse paradoxo é a inércia das políticas de Estado.

Ainda nos restaria verificar se a dinâmica das favelas do Município de São Paulo é similar à dos demais municípios da Região Metropolitana de São Paulo. Isto porque, caso não seja, a melhora encontrada anteriormente pode ser concentrada espacialmente, e a população das favelas mais pobres poderia estar sendo expulsa para fora do Município de São Paulo. A única informação comparável e com confiabilidade razoável para testar tal hipótese é a relativa aos setores censitários classificados como subnormais fora da capital, uma vez que, como dito, inexitem bases cartográficas digitais comparáveis para as favelas dos demais municípios. Para não introduzir nenhum viés na análise, desconsideramos as informações de municípios com menos de dez setores subnormais. A Tabela 3, a seguir, apresenta indicadores médios escolhidos dos setores subnormais dos demais municípios da região para o ano de 2000. Para facilitar a comparação, incluímos as informações referentes às favelas de São Paulo.

Como podemos ver, os setores censitários subnormais nos municípios têm características médias bastante parecidas com as favelas do Município de São Paulo. A informação da renda média dos chefes, por exemplo, é eloquente em indicar condições sociais bem próximas, e varia apenas entre R\$ 320 e R\$ 386 nos casos mais extremos.

Tabela 3
 INDICADORES ESCOLHIDOS DAS FAVELAS DE SÃO PAULO
 E DOS SETORES SUBNORMAIS DE OUTROS MUNICÍPIOS
 DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO
 2000

Municípios⁽¹⁾ e indicadores (%)

	BA	CA	DI	EM	FV	GU	MA	OS	SA	SB	TS	SP
Infraestrutura												
Domicílios com água:	85,7	91,1	96,6	93,8	91,9	87,4	92,4	93,5	95,9	97,2	98,9	96,0
Domicílios com esgoto:	67,6	39,4	92,0	32,7	6,2	31,3	39,8	40,5	75,4	75,7	60,9	49,2
Domicílios com coleta de lixo:	75,9	62,6	83,3	89,0	65,5	80,4	86,2	92,4	78,6	71,0	92,6	82,0
Escolaridade												
Pessoas analfabetas:	15,1	15,5	13,1	14,7	14,2	15,0	14,9	14,0	12,8	13,3	14,4	15,2
Chefes de 0 a 3 anos de estudo:	37,0	39,2	32,4	40,4	32,3	37,1	36,0	35,3	33,0	33,2	37,4	38,4
Rendimento												
Chefes de 0 a 3 SM:	75,5	74,3	68,9	75,1	75,6	76,4	75,9	71,6	70,6	67,5	73,8	73,2
Chefes de 3 a 5 SM:	17,2	17,6	20,9	17,3	16,3	16,8	17,3	18,6	18,3	20,5	18,4	18,0
Chefes de 5 a 10 SM:	6,9	7,2	9,2	6,8	7,6	6,1	6,3	8,7	9,9	10,7	7,0	7,6
Chefes de 10 a 20 SM:	0,3	0,7	0,8	0,6	0,5	0,6	0,5	1,0	1,2	1,1	0,7	0,9
Estrutura etária												
Pessoas de 0 a 14 anos:	36,9	36,8	33,9	36,9	41,9	38,1	37,6	35,6	33,7	34,9	35,2	35,5
Pessoas de 65 anos ou mais:	1,4	1,5	1,6	1,2	0,8	1,2	1,6	1,7	1,8	1,7	1,4	1,7

(1) BA = Barueri; CA = Carapicuíba; DI = Diadema; EM = Embu; FV = Ferraz de Vasconcelos; GU = Guarulhos; MA = Mauá; OS = Osasco; SA = Santo André; SB = São Bernardo do Campo; TS = Taboão da Serra; SP = São Paulo.

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Destacamos os setores subnormais da região do ABCD paulista, especificamente dos localizados em Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema, que apresentam condições, ainda que precárias, melhores que dos outros municípios da RMSP. As características urbanas são melhores, principalmente com relação ao esgotamento sanitário, à presença de chefes nas faixas salariais mais altas e à existência de pessoas analfabetas. Vale destacar a importância dos governos locais na promoção de melhores condições de vida nos municípios. Nesse particular é notável o caso das favelas de municípios como Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, que contam com autarquias municipais de águas e esgotos, assim como com programas municipais de urbanização de favelas de forma continuada já há algumas administrações. Nesses municípios, as favelas apresentam indicadores de cobertura da infraestrutura urbana muito superiores a outros, como São Paulo, em que a ação pública em núcleos de favela apresentou caráter descontínuo e pouco sistemático (Marques e Saraiva, 2005). O maior destaque vai para o Município de Diadema, com coberturas de 92% em esgotamento sanitário e 97% em abastecimento de água, contra 49% e 96% em São Paulo para os dois serviços, respectivamente (Bueno, 2000). Vale registrar que apesar dos serviços de saneamento estarem a cargo de concessionárias, e na maior parte das cidades da região metropolitana estarem concedidos à empresa estadual de saneamento — a Sabesp —, as ações em favelas dependem basicamente da postura do poder público municipal. Assim, na prática, apenas onde as prefeituras desenvolvem programas de urbanização de favelas os núcleos são dotados sistematicamente de infraestrutura, inclusive pela companhia estadual. No outro extremo temos os setores subnormais dos municípios de Embu, Carapicuíba, Taboão da Serra, Ferraz de Vasconcelos e Barueri, com as piores condições em todos os indicadores.

Portanto, as favelas dos demais municípios tendem a ser em geral parecidas com as do Município de São Paulo, não sendo razoável considerar que a nossa descoberta anterior de pequena melhora social diga respeito à concentração de grupos sociais de condição mais elevada na capital. Entretanto, os números médios podem esconder situações muito ruins em favelas específicas, como já destacado por Torres e Marques (2001) para o caso do Município de Mauá, na região do ABCD paulista. Voltaremos a esse ponto na última seção do texto, quando analisarmos os tipos de favelas existentes na região metropolitana.

Tratamos até agora dos conteúdos sociais dos moradores de favelas. Entretanto, consideramos também muito importante conhecer a população que se encontra em seus arredores, o que pode nos indicar em que situações o entorno imediato das favelas tem necessidade de intervenções do poder público tão prementes quanto os próprios núcleos. As informações disponíveis indicam que esse caso é frequente, especialmente nas regiões periféricas da cidade.

Além disso, esse esforço de caracterização do entorno das favelas é importante para complementar o entendimento das dinâmicas socioeconômicas diferenciadas em curso nos próprios núcleos. A presença de pobreza não é suficiente para definir a estrutura de oportunidades de uma favela, visto que essa também é função do seu entorno. A proximidade das áreas mais ricas da cidade aumenta a possibilidade de se encontrar emprego e de se acessarem benefícios ligados ao entorno mais rico, demonstrando que os padrões de segregação apresentam direto impacto sobre as condições de vida.

Para delimitar a população a considerar, determinamos como sendo entorno imediato das favelas do Município de São Paulo a área compreendida em uma faixa de 100 metros, ou seja, uma área com essa largura especificada que cerca cada favela ao longo de todo o seu perímetro. Os dados comparativos são apresentados na Tabela 4, a seguir.

Para o conjunto do município, as diferenças tendem a ser pequenas no que diz respeito às densidades domiciliares, sendo de 4,0 habitantes por domicílio nas favelas, de 3,7 no seu entorno imediato, e de 3,5 no município. A pesquisa realizada recentemente (PMSP, 2008) pela Fundação Seade confirmou essa densidade em 4,0 habitantes por domicílio para a amostra de favelas analisada.

Com relação à infraestrutura urbana, a Tabela 4 reforça a precariedade do esgotamento sanitário pela rede geral nas favelas, assim como no seu entorno imediato (embora este seja melhor), especialmente se considerarmos que nessa informação estão incluídas ligações realizadas diretamente em sistema unitário (que inclui esgotos e drenagem em uma única rede). Quanto aos serviços de abastecimento de água, não há diferenças muito grandes, e quanto à cobertura de serviços de limpeza urbana, as favelas são substancialmente piores que o entorno, e este é praticamente igual ao município.

Vale destacar ainda a escolaridade dos chefes de domicílio. Os indicadores sugerem uma situação nas favelas um pouco pior do que a do seu entorno, que por sua vez tende a ser pior do que o conjunto do município.

De forma similar, a presença de analfabetos é quase duas vezes maior no entorno de favelas do que no conjunto da cidade, e quase dobra novamente entre o entorno e as favelas.

Tabela 4
 CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO
 NO ENTORNO IMEDIATO ÀS FAVELAS
 Município de São Paulo, 2000

Indicadores (%)	Favelas	Entorno	MSP
Infraestrutura			
Domicílios com água	96,0	97,5	97,6
Domicílios com esgoto	49,2	78,7	87,2
Domicílios com coleta de lixo	82,0	95,0	96,5
Escolaridade			
Pessoas analfabetas	15,2	10,2	7,3
Chefes de 0 a 3 anos de estudo	38,4	26,1	17,8
Rendimento			
Chefes de 0 a 3 SM	73,2	55,4	40,1
Chefes de 3 a 5 SM	18,0	20,9	17,9
Chefes de 5 a 10 SM	7,6	17,0	20,9
Chefes de 10 a 20 SM	0,9	5,0	11,6
Estrutura etária			
Pessoas de 0 a 14 anos	35,5	29,6	24,8
Pessoas de 65 anos ou mais	1,7	3,4	6,4

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Nos rendimentos médios do chefe, a tendência gradual se repete, e o entorno apresenta indicadores intermediários entre os das favelas e os do entorno. A tendência é decrescente até os três salários mínimos e se inverte a partir de então, com as favelas apresentando proporções mais baixas que as do entorno, e este com proporções mais baixas que o conjunto do Município. As diferenças se alargam à medida que avançamos nas faixas, especialmente entre o conjunto do município e o entorno das favelas. O mesmo se pode dizer com relação à estrutura etária.

De uma forma geral e em termos médios, portanto, podemos dizer que o entorno das favelas paulistanas tende a representar uma zona de transição entre as características das favelas e as do conjunto da cidade.

Contudo, a análise da informação agregada pode novamente levar a algum engano. Para afastar essa possibilidade, comparamos a renda média do chefe nas favelas, em seus entornos imediatos e nos distritos nos quais elas estão inseridas. Realizamos também uma análise de *cluster* das favelas considerando as situações da favela, do entorno e do distrito. Os resultados não diferiram significativamente dos indicados no texto, obtidos pela simples análise das situações indicadas diretamente pelos dados. Como seria de se esperar, nos distritos mais periféricos a renda média do chefe nas favelas se aproxima da referente aos distritos. Vale a pena destacar Perus, Brasilândia, Grajaú, Cidade Tiradentes e Lajeado como distritos bastante homogêneos, nos quais a renda do chefe nas favelas, em seu entorno imediato e no distrito é bastante próxima. Se fizermos uma alusão aos agrupamentos de áreas de ponderação apresentados em Marques (2005), perceberemos que nesses distritos há uma concentração maior dos grupos que possuem baixa escolaridade, condições urbanas ruins, migração nordestina recente e alto crescimento demográfico.

Em um segundo conjunto de distritos, há transição crescente entre a renda média do chefe encontrada na favela, seu entorno e o conjunto do distrito, como é o caso do Tremembé, da Freguesia do Ó, do Limão, do Cursino, do Jabaquara, do Ipiranga, do Rio Pequeno e de Santa Cecília. Como discutido em Marques (2005), esses distritos são predominantemente ocupados por população de renda e condições de vida médias.

E, finalmente, há casos de distritos em que as favelas se constituem em verdadeiras ilhas de más condições sociais cercadas de um entorno bem mais rico e muito próximo socialmente dos distritos em que se inserem. É isso que acontece, por exemplo, na Vila Mariana, Saúde, Campo Belo, Itaim Bibi e Morumbi, distritos de classes média alta e alta, com pequena presença de pretos, pardos e migrantes, assim como em esvaziamento demográfico, novamente, em alusão à caracterização apresentada em Marques (2005).

EM DIREÇÃO A UMA TIPOLOGIA DAS FAVELAS PAULISTAS

A análise comparativa anterior permite sustentar a existência de uma razoável variabilidade entre núcleos favelados da cidade. As situações encontradas, entretanto, ainda podem esconder uma razoável heterogeneidade, visto que no interior de um mesmo distrito favelas diferentes podem ter conteúdos diversos. Por outro lado, embora as favelas dos demais municípios sejam em média relativamente similares às de São Paulo, pode haver diferen-

ças muito grandes quando se observa favela por favela. Por essa razão, seguindo a estratégia de estudos como Taschner (2002) para São Paulo, Valladares e Preteceille (2000) e Preteceille e Valladares (1999) para o Rio de Janeiro, classificamos todas as favelas da região metropolitana em tipos, considerando os seus conteúdos sociais.

Para analisar os tipos de favela, consideramos as favelas do Município de São Paulo e os setores subnormais dos demais municípios. Submetemos os indicadores sociais médios das favelas e setores à análise de *cluster*. Os resultados enriquecem a compreensão da dinâmica das favelas ao evidenciar um certo comportamento espacial, além de possibilitar a comparação entre as favelas de São Paulo e de sua região metropolitana. Para o desenvolvimento da análise utilizamos os seguintes indicadores sociais médios por favela para o ano de 2000, em percentuais: domicílios com água; domicílios com esgoto; domicílios com coleta de lixo; pessoas analfabetas; chefes de zero a três anos de estudo; chefes de zero a três salários mínimos (SM); chefes de três a cinco SM; chefes de cinco a dez SM; % de chefes de dez a vinte SM; renda média do chefe (nesse caso, em reais); pessoas de zero a catorze anos, e pessoas de 65 anos ou mais. Para as favelas do Município de São Paulo, esses indicadores foram obtidos pela utilização das técnicas de *overlay* e *tag*.

O resultado da análise sugere a existência de cinco tipos de favelas, expressos pelos grupos da Tabela 5, a seguir. Os indicadores médios por tipo são apresentados na Tabela 6.

Tabela 5
CARACTERÍSTICAS DOS TIPOS DE FAVELA
Município e Região Metropolitana de São Paulo, 2000

Tipo	Nº de casos	Características das favelas
1	564	Piores condições sociais de infraestrutura; a renda do chefe é a mais baixa de todos os grupos (R\$ 230).
2	829	A infraestrutura desse grupo já é um pouco melhor, apesar de ser o grupo com os piores índices de esgotamento; as condições sociais são levemente melhores.
3	728	Ótima infraestrutura, mas condições sociais ainda precárias.
4	727	Infraestrutura e condições sociais boas.
5	131	Melhores condições sociais e de infraestrutura; a renda do chefe é a maior de todos os grupos (R\$ 600).

Fonte: CEM, 2000.

Tabela 6
INDICADORES MÉDIOS DOS TIPOS DE FAVELAS
Município e Região Metropolitana de São Paulo, 2000

Tipos de favela	1	2	3	4	5
Nº de casos	564	829	728	727	131
Domicílios com água (%)	86,9	94,2	97,8	97,1	97,7
Domicílios com esgoto (%)	28,2	14,0	92,6	72,9	72,6
Domicílios com coleta de lixo (%)	75,4	80,1	89,7	89,6	94,7
Pessoas analfabetas (%)	17,1	14,9	13,8	12,6	10,6
Chefes de 0 a 3 anos de estudo (%)	41,7	38,3	38	32,8	28,1
Chefes de 0 a 3 SM (%)	97,2	86,3	87,9	77,9	66,9
Chefes de 3 a 5 SM (%)	11,8	19,7	19,6	24,2	25,9
Chefes de 5 a 10 SM (%)	3,5	7,6	7,4	13,2	21,4
Chefes de 10 a 20 SM (%)	0,2	0,5	0,6	1,2	3,9
Renda média do chefe (R\$)	228,9	330,6	316,5	423,1	601,6
Pessoas de 0 a 14 anos (%)	38,5	36,1	34,9	33,1	30,5
Pessoas de 65 anos ou mais (%)	1,4	1,6	1,7	2,0	2,5

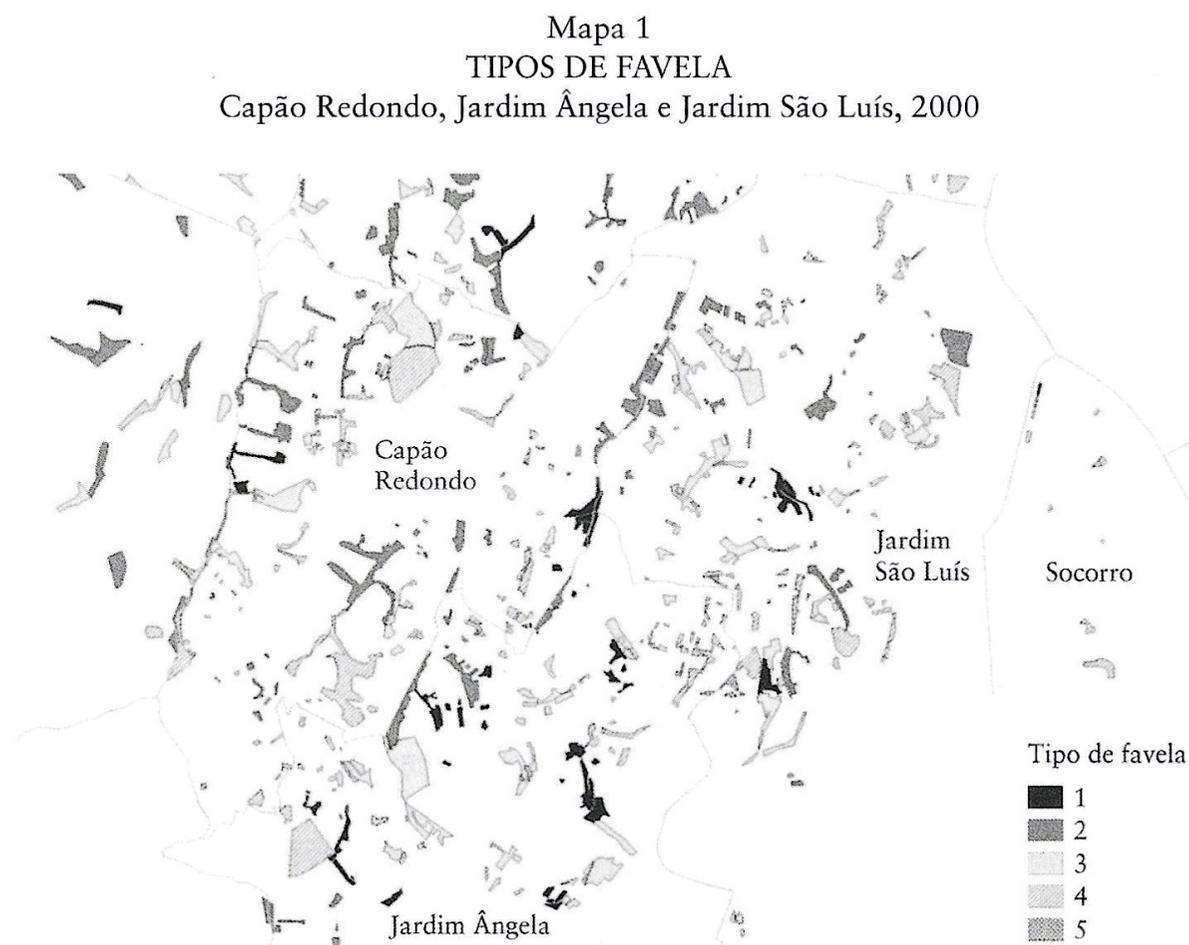
Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Como podemos observar, a variedade de situações sociais e urbanas no interior do fenômeno das favelas é significativa. Se mesmo as melhores situações sociais apontam para uma população relativamente humilde, a quantidade de favelas com melhores condições não é nem um pouco desprezível. Do total de 2.979 núcleos para os quais conseguimos gerar dados socioeconômicos, encontramos 858 (quase 29%) com condições de infraestrutura pelo menos boas e condições sociais pouco precárias, embora com características de baixa renda. Vale dizer que, como tivemos que gerar indicadores por núcleo favelado, em muitos casos desprezamos as informações de favelas ou setores subnormais muito pequenos, onde os erros tendiam a crescer muito. A fronteira do que foi desprezado não obedece a uma delimitação populacional específica, uma vez que guarda também relação com a forma dos perímetros da favela.

No outro extremo, temos os núcleos com características sociais muito precárias. Nesse caso, estamos diante de um contingente de 564 favelas com péssimas condições (18,9%) e 829 com condições um pouco melhores, mas infraestrutura mais precária (27,8%). A existência desse contingente signifi-

cativo confirma a hipótese de Torres e Marques (2001), de que a significativa melhora dos indicadores médios nas últimas décadas conviveu com a manutenção de locais com condições sociais e ambientais extremamente precárias, conformando o que foi denominado naquele trabalho de *hiperperiferia*.

O Mapa 1 a seguir detalha o padrão de distribuição dos tipos de favela para os distritos de Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís, os quais estão localizados nas proximidades da Bacia do Guarapiranga e com grande concentração de favelas.



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

Na seção anterior, vimos que as favelas dos vários municípios não diferem substancialmente entre si. Esse resultado volta a ocorrer com a distribuição dos tipos de favela nos municípios da região, embora possamos notar um conjunto de favelas levemente mais precário na capital do que nos demais municípios, o que não deixa de ser surpreendente. O percentual de incidên-

Mapa 3
 TIPOS DE FAVELA
 Zona Sul, fronteira entre os Municípios de São Paulo e Diadema, 2000



Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000. Elaboração CEM.

De uma forma geral, podemos dizer que a distribuição dos tipos aponta novamente para a heterogeneidade. São várias as dinâmicas a destacar. Uma delas é a muito baixa incidência das favelas no chamado “centro expandido” da capital (ver Mapa 2). A mais importante exceção fica por conta da favela Paraisópolis. Trata-se, entretanto, de um caso verdadeiramente discrepante. Embora seja uma das maiores favelas da cidade, situa-se em área de propriedade particular e tem ocupação em grande parte regular, visto tratar-se da ocupação de uma área previamente loteada. Além disso, a inserção da favela em um bairro de classe alta — o Morumbi (no distrito de Vila Andrade) — impacta significativamente os conteúdos sociais presentes na favela. Esse ponto é importante, pois sugere que, quando observadas em uma

escala mais ampla, as favelas aparecem muito mais intensamente como um fenômeno associado à periferia do que usualmente é destacado pela literatura. A existência de um padrão fortemente segregado, no que diz respeito à predominância de grupos ricos no centro expandido, corrobora o argumento de Villaça (2000) com respeito à estrutura espacial da cidade. Essa foi a região mais marcada pela produção imobiliária para alta renda nas últimas décadas, embora não exclusivamente.

O padrão de periferia das favelas, entretanto, não corresponde a um gradiente de condições em direção às áreas externas da região, e encontramos precariedade também mais próxima ao centro da metrópole. Nesse particular, embora haja relação entre a presença de favelas e a renda de uma certa região, ela é muito pouco intensa. Para testar tal efeito de uma forma mais precisa, comparamos a renda média do chefe das áreas de ponderação do Censo Demográfico 2000 com a proporção da população que mora em favelas em cada área, usando um *overlay* entre as favelas e a cartografia das áreas de ponderação do Censo Demográfico 2000.

Há uma associação estatística significativa (e negativa) entre o grau de favelização de certa área e a renda média dessa área, sugerindo que quanto mais pobre a área, maior a proporção de sua população que mora em favelas. Entretanto, a intensidade da relação é muito baixa,² não permitindo que consideremos esse elemento como importante. Por outro lado, e esse é um resultado muito interessante, não há correlação significativa entre a renda média de certa área e a renda média das favelas daquela área, afastando a hipótese de que haja uma associação direta entre os conteúdos sociais das favelas e o das áreas em que se inserem. Na verdade, como vimos, há ao menos três tipos de padrões típicos na relação favela-entorno-distrito. Isso confirma a inexistência de um gradiente de rendas organizado em favelas e áreas de ponderação, e permite sustentar que as favelas são mais importantes para a compreensão da microsegregação (favela-entorno-distrito) do que da macrosegregação.

Ainda na tentativa de explicar tal heterogeneidade, experimentamos outros cruzamentos com as informações de que dispúnhamos. Testamos inicialmente se, no caso das favelas do Município de São Paulo, a presença de certos indicadores sociais médios estaria associada à data da ocupação. Esse raciocínio parte da hipótese de que favelas mais antigas tenderiam a ter melhor infraestrutura e renda média mais elevada, por estarem mais consolidadas. As informações existentes indicam que não há relação entre o momento

² O coeficiente de correlação de Pierson é de apenas 0,166.

da ocupação e os vários indicadores que experimentamos. Uma possível razão para isso refere-se ao fato de as favelas serem ocupações situadas em locais muito específicos, normalmente remanescentes da urbanização. Entretanto, a associação entre data de ocupação e cobertura por serviços de esgoto confirma essa hipótese, em uma primeira abordagem. O que encontramos foi uma distribuição dos casos polarizada, havendo muitas favelas com baixíssima cobertura, independentemente do momento da ocupação, e muitas outras com altíssima cobertura, também de maneira independente do tempo de ocupação. Interpretamos essas evidências como um sinal de que a situação física é chave para decidir o futuro das condições urbanas no assentamento: há favelas com situação física (urbanística, geológica e relativas à hidrologia) passível de receber infraestrutura, e outras cuja situação as impede de recebê-la, independente do tempo de ocupação. Esse tipo de resultado não se repete com a relação entre data da ocupação e rendimento do chefe, embora também não haja uma relação direta entre essas duas dimensões.

O cruzamento das informações disponíveis sobre a propriedade do terreno onde se localiza a favela (pública, particular ou mista) tampouco demonstrou relação significativa com as outras dinâmicas estudadas, inclusive as coberturas por serviços de infraestrutura.

CONCLUSÕES

Ao longo do texto analisamos diversas informações relativas às favelas em São Paulo. Nessa conclusão, sintetizamos os principais achados da pesquisa, articulando-os entre si. Acreditamos que a pesquisa aponta dois resultados principais, o primeiro associado à dinâmica social das favelas na cidade nos anos 1990, e o segundo com relação à heterogeneidade social e espacial das favelas paulistanas.

As favelas cresceram em período recente em São Paulo. Esse crescimento talvez não tenha sido tão elevado como se imaginou em um determinado momento dos anos 1990, mas mesmo assim foi muito expressivo, e as favelas são hoje uma alternativa mais utilizada pelos habitantes da cidade do que há dez anos.

Ao contrário do que se afirma usualmente, entretanto, os dados aqui analisados indicam que a situação nas favelas de São Paulo não piorou ao longo da década. Em termos relativos, as favelas não apenas melhoraram, como se aproximaram da situação dos outros moradores da cidade, sugerindo um processo de convergência, incompleto e talvez excessivamente lento,

mas mesmo assim existente entre os indicadores médios de favelados e não favelados. Essa melhora, entretanto, não significa uma diminuição da segregação socioespacial, que pode existir e mesmo aumentar em situações de plena universalização dos serviços públicos e de crescimento da renda. De qualquer forma, as informações analisadas neste artigo indicam que podemos afastar a hipótese de degradação social intensa nas favelas paulistanas em período recente. Essa informação com relação à melhora social resiste à comparação entre regiões no interior do Município de São Paulo e entre esse e os demais municípios da região metropolitana, pois as diferenças são muito pequenas em termos médios.

Constatada a melhora relativa dos conteúdos sociais médios das favelas em São Paulo, partimos para explorar a sua possível heterogeneidade. Analisamos primeiramente o entorno das favelas, descobrindo que eles tendem a apresentar características diferentes segundo o local da cidade em que as favelas se inserem. Se de uma forma geral há certa transição entre as favelas e o conjunto da cidade, quando desagregamos a informação a diversidade se expressa. De uma maneira geral, encontramos três situações. A primeira inclui os distritos em que as favelas, o entorno e o próprio distrito pouco diferem. Esses são predominantemente pobres e de periferia. A segunda situação engloba os casos em que há uma transição social da favela para o entorno e para o distrito, que quase sempre são predominantemente de classe média. A última situação inclui os distritos em que a favela tende a ser um enclave de péssimas condições quando comparada com o entorno e o distrito.

Por fim, exploramos diretamente a heterogeneidade social das favelas, submetendo os indicadores sociais de cada um dos núcleos da região metropolitana a uma análise de agrupamento. Os resultados sugerem a existência de uma razoável heterogeneidade do fenômeno, que aparentemente apresenta pelo menos cinco tipos com características sociais mais ou menos precárias. A quantidade de núcleos com características melhores não é nem um pouco desprezível, embora também nesses casos encontremos situações sociais de pobreza. Ao mesmo tempo, a presença de uma proporção significativa de favelas com condições sociais e de vida muito precárias não apenas confirma os resultados de trabalhos anteriores que ressaltam a heterogeneidade do fenômeno, mas corroboram a hipótese de que o padrão recente pode ser descrito como de intensa melhora em termos médios, embora convivendo com a persistência de condições muito precárias em determinadas favelas. A localização de tais tipos de favelas não segue clivagens simples, embora haja um evidente padrão periférico nas favelas de São Paulo quando analisamos

o fenômeno em escala metropolitana. Esse padrão opera por oposição, e quase não se encontra o fenômeno no centro expandido da capital. Entretanto, não é possível afirmar que haja um gradiente em que a presença e a precariedade das favelas tendam a crescer na direção da periferia. Esse padrão, evidenciado visualmente em mapas, é comprovado mais precisamente em análise quantitativa, permitindo concluir que nas favelas a heterogeneidade social se superpõe à heterogeneidade espacial.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. (1994). "Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas no Rio de Janeiro". *Espaço e Debates*, n° 37, São Paulo.
- BUENO, L. (1993). "O saneamento na urbanização de São Paulo". Dissertação de Mestrado, FAU-USP, São Paulo.
- _____ (2000). "Urbanização de favelas". Tese de Doutorado, FAU-USP, São Paulo.
- CEM (Centro de Estudos da Metrópole) (2003). "Estimativas de demanda por políticas de habitação social no Município de São Paulo". Relatório de pesquisa desenvolvido para a Prefeitura Municipal de São Paulo. São Paulo, CEM/Cebrap.
- D'ANDREA, T. (2003). "Redes sociais em Paraisópolis". Relatório de Iniciação Científica, Fapesp/Cebrap, São Paulo.
- FARIA, V. (1992). "A conjuntura social brasileira: dilemas e perspectivas". *Novos Estudos*, n° 33, São Paulo, Cebrap.
- HABI (Superintendência de Habitação Popular) (1987). "Censo de Favelas". São Paulo, Meio Digital.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. (2000). "Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 14, n° 1, São Paulo, Fundação Seade.
- KOWARICK, L. (2002). "Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano". *Novos Estudos*, n° 63, São Paulo, Cebrap.
- _____ (2001). "Vulnerabilidade socioeconômica: Estados Unidos, França e Brasil". XXV Encontro da Anpocs, Caxambu, mimeo.
- MARICATO, E. (2003). "Metrópole, legislação e desigualdade". *Estudos Avançados*, n° 48, São Paulo, IEA-USP.
- _____ (1996). *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec.
- MARQUES, E. (2000). *Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/São Paulo: Revan/Fapesp.
- _____ (2003). *Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume/Fapesp.

- _____ (2005). “Espaço e grupos sociais na virada do século XXI”. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac São Paulo.
- MARQUES, E.; BICHIR, R. (2002). “Investimentos públicos, infraestrutura urbana e produção da periferia em São Paulo”. *Espaço e Debates*, nº 42.
- MARQUES, E.; TORRES, H.; SARAIVA, C. (2003). “Favelas no Município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*, vol. 5, nº 1.
- MARQUES, E.; SARAIVA, C. (2005). “As políticas de habitação social, a segregação e as desigualdades na cidade”. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac São Paulo.
- _____ (2005). “A dinâmica social das favelas da Região Metropolitana de São Paulo”. In: MARQUES, E.; TORRES, H. (orgs.). *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Senac São Paulo.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (1995). “Favelas na Cidade de São Paulo”. *Diário Oficial do Município de São Paulo*, São Paulo, 31/3/1995.
- _____ (2008). *Habitação de interesse social em São Paulo: desafios e novos instrumentos de gestão*. São Paulo: PMSP/Cities Alliance.
- PRETECEILLE, E.; VALLADARES, L. (1999). “Favelas no plural”. XXIII Encontro da Anpocs, Caxambu.
- SAMPAIO, M.; PEREIRA, P. (2003). “Habitação em São Paulo”. *Estudos Avançados*, nº 48, São Paulo, IEA-USP.
- SANTOS, C. (1975). *Voltar a pensar em favelas por causa das periferias*. Rio de Janeiro, mimeo.
- TASCHNER, S. (2000). “Degradação ambiental em favelas”. In: TORRES, H.; COSTA, H. *População e meio ambiente: debates e desafios*. São Paulo: Senac São Paulo.
- _____ (2002). “Espaço e população nas favelas de São Paulo”. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto.
- TAVARES, R.; MONTEIRO, M. (1994). “População e condições de vida”. In: GUIMARÃES, R.; TAVARES, R. *Saúde e sociedade no Brasil dos anos 80*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- TORRES, H.; MARQUES, E. (2001). “Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nº 4.
- _____ (2002). “Tamanho populacional das favelas paulistanas, ou o debate sobre a cidade e a falência dos grandes números”. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto.
- TORRES, H. (1997). “Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo”. Tese de Doutorado, IFCH-Unicamp, Campinas.
- VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. (2000). “Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca”. In: RIBEIRO, L. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório/Revan/Fase.

- VERAS, M.; TASCHNER, S. (1990). "Evolução e mudanças das favelas paulistas". *Espaço e Debates*, nº 31, São Paulo.
- WATSON, G. (1992). "Water and Sanitation in São Paulo, Brazil: Successful Strategies for Service Provision in Low-Income Communities". Dissertação de Mestrado, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge.